

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A
DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRÓ – REITORIA DE EXTENSÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA

KLEBER JÚNIOR SIMÃO DE SOUSA
MARISE CORREA DA SILVA ANDRADE
MARCELLY VARGAS MENDES DA ROCHA
NATALIA DA SILVA QUIRINO OLIVEIRA

ORIENTADORA
Prof.^a Dra. ÉRICA COSTA VLIENE ZICHTL CAMPOS

**MANUAL DIGITAL DOCENTE ANTICAPACITISTA PARA
PRÁTICAS MAIS INCLUSIVAS**

NOVA IGUAÇU / SEROPÉDICA
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A
DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRÓ – REITORIA DE EXTENSÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA

KLEBER JÚNIOR SIMÃO DE SOUSA
MARISE CORREA DA SILVA ANDRADE
MARCELLY VARGAS MENDES DA ROCHA
NATALIA DA SILVA QUIRINO OLIVEIRA

ORIENTADORA
Prof.^a Dra. ÉRICA COSTA VLIESE ZICHTL CAMPOS

MANUAL DIGITAL DOCENTE ANTICAPACITISTA PARA PRÁTICAS MAIS INCLUSIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Especialista em Educação Especial e
Inovação Tecnológica

NOVA IGUAÇU / SEROPÉDICA
2026

RESUMO

O trabalho descreve a criação do Manual Digital Anticapacitista Para Práticas mais Inclusivas, um objeto educacional desenvolvido em formato PDF com interface acessível. O material destina-se a professores e educadores da educação básica que atuam em salas comuns, e tem como objetivo promover a desconstrução de barreiras atitudinais e práticas anticapacitista no cotidiano escolar. A fundamentação teórica baseia-se na teoria histórico-cultural, sobretudo no conceito de mediação simbólica de Vigotski, abordando o aprendizado e a transformação do olhar docente, assim como nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O objeto educacional reside em sua contribuição prática para a formação continuada, instrumentalizando o educador a reconhecer a diversidade como potência e a promover uma educação mais equitativa para os estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Anticapacitismo; Educação Inclusiva; Formação Docente; Desenho Universal para a Aprendizagem; Acessibilidade Digital; Práticas anticapacitistas;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Manual.....	17
Figura 2 – Captura de tela da página 15 do Manual.....	18
Figura 3 – Captura de tela da página 35 do Manual	19

Sumário

Lista de figuras	13
Introdução.....	12
Base teórica.....	13
Etapas do desenvolvimento	15
Considerações finais	20
Referências	22
Declaração de uso da Inteligência Artificial	24

Introdução

A inclusão escolar, embora assegurada por importantes marcos legais, ainda enfrenta grandes desafios relacionados às atitudes e percepções de docentes. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. De igual modo, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pela ONU em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008, reafirma que as pessoas com deficiência têm direito a uma educação inclusiva, em todos os níveis, sem qualquer forma de discriminação. Contudo, apesar desses avanços normativos, o cotidiano escolar ainda revela a presença de preconceitos e visões capacitistas.

De acordo com Gesser, Böck e Mello, “o capacitismo tem sido utilizado para nomear a discriminação de pessoas por motivo de deficiência” (2020, p. 18). As autoras partem do pressuposto que o capacitismo permeia toda sociedade, estando dentro das organizações e instituições, se fazendo estrutural e estruturante. Esse atravessamento constitui os sujeitos e produz, nos relacionamentos, um desejo subjetivo de padronização do outro, uma procura insistente pela linearidade dos corpos que mesmo que inconscientes, limita o potencial de aprendizagem e participação plena de estudantes público da educação especial. Trabalhar o anticapacitismo significa oferecer oportunidades para que educadores, e toda a sociedade, reconheçam e desconstruam concepções excludentes.

A ideia da criação de um manual digital docente anticapacitista, surge como uma proposta de transformação desses olhares, entendendo que a inclusão, de pessoas com deficiência, não se constrói apenas com ajustes físicos ou adequação de conteúdos, mas também com a mudança de postura do professor (barreira atitudinal) que de acordo com a Classificação de Funcionalidade Internacional (CIF) (ONU, 2003) é descrita como a ausência ou presença de atitudes negativas das pessoas em relação a alguém com uma condição de saúde, que limita a funcionalidade e a participação dessa pessoa.

A relação entre o educador e o material produzido fundamenta-se na perspectiva da mediação simbólica em Vigotski (2007), que compreende o processo pelo qual o indivíduo, por meio de signos, como a linguagem, os símbolos

matemáticos e outros sistemas representativos, interage com o mundo e internaliza conhecimentos, desenvolvendo o pensamento e as funções psicológicas superiores. É através desses signos que o saber é transmitido socialmente, permitindo ao sujeito apropriar-se da cultura, transformar o ambiente e a si mesmo.

O público do objeto será formado por professores da Educação Básica, especialmente os que atuam em salas comuns inclusivas. O principal objetivo do objeto educacional é apresentar os conceitos de capacitismo e anticapacitismo, promovendo reflexões que favoreçam a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Base Teórica

A formação docente, apesar de abranger a diversidade escolar e múltiplas aprendizagens, não consegue garantir, por si só, a construção de espaços plenamente inclusivos. Isso ocorre apesar de termos um número cada vez maior de estudantes da educação especial, impulsionado por importantes avanços e marcos legais, como o Artigo 208 da Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a PNEEPEI (2008) e a LBI (2015). A LBI define acessibilidade como a condição para utilização com segurança e autonomia de espaços, informações e comunicações, visando à eliminação de barreiras.

Contudo, o cotidiano escolar ainda revela que, dentre as várias barreiras, a barreira atitudinal é uma das mais impactantes. De acordo com a Classificação de Funcionalidade Internacional (CIF)¹, ela é descrita como a ausência ou presença de atitudes negativas das pessoas em relação a alguém com uma condição de saúde, limitando a funcionalidade e a participação plena do estudante. Superar esses preconceitos reflete a necessidade de trabalhar a equidade nos ambientes escolares, garantindo os direitos de todos sem prejuízo da qualidade e respeitando as diferenças individuais. Essa necessidade de mudança dialoga com o pensamento de Patrício

¹Classificação de Funcionalidade Internacional (CIF): é um modelo biopsicossocial que padroniza a linguagem sobre saúde, focando no que a pessoa consegue fazer (funcionalidade) em vez de apenas na doença (diagnóstico). Complementar à CID, ela avalia a interação entre funções/estruturas corporais, atividades, participação social e fatores ambientais (OMS, 2003).

(2025), que compreende essas barreiras como posturas afetivas e sociais manifestadas pela linguagem, por ações ou omissões. A autora alerta que tais atitudes se configuram como obstáculos concretos, gerando discriminação e impedindo que as pessoas com deficiência participem da vida social com as mesmas oportunidades oferecidas aos demais.

Segundo Sassaki (2009), a eliminação das barreiras atitudinais requer a implementação de práticas contínuas de sensibilização e conscientização em todos os espaços sociais. O autor aponta que o combate a preconceitos, estigmas e estereótipos é o caminho para evitar comportamentos discriminatórios e garantir a participação plena das pessoas com deficiência. No contexto educacional, ele destaca que um ambiente livre dessas atitudes negativas reflete diretamente na autoestima dos estudantes, o que favorece uma aprendizagem mais fluida, cooperativa e motivadora para todos.

Como afirma Mittler (2003), “não há nenhuma estrada de realeza para inclusão”. Cientes de que a inclusão em sala de aula é um desafio constante, trata-se de um caminho construído por docentes dispostos a identificar essas barreiras atitudinais e torná-las pontes para um processo de ensino com práticas verdadeiramente inclusivas.

Para que a ruptura das barreiras atitudinais e pedagógicas se efetive no cotidiano escolar, é imperativo que o sistema educacional supere as visões patológicas e limitantes sobre a deficiência. Nesse sentido, para Carvalho (2011), “examinar a prática pedagógica sob a ótica da remoção das barreiras à aprendizagem é um desafio a todos nós educadores, que, até então, temos examinado a questão sob a ótica das características do aprendiz”. Essa reestruturação do olhar e da prática docente requer, intrinsecamente, o desenvolvimento de uma postura anticapacitista. Conforme abordam Gesser, Block e Mello (2020),

a desconstrução do capacitismo é um passo essencial para a emancipação social das pessoas com deficiência, rompendo com a crença estrutural que impõe um padrão de normalidade aos corpos e subestima a capacidade de aprendizado desses sujeitos.

Para que a desconstrução do capacitismo se traduza em ações efetivas no planejamento escolar, o Desenho Universal na Aprendizagem (DUA), fundamentado por Meyer e Rose (2014), apresenta-se como uma diretriz pedagógica fundamental. O DUA rompe com metodologias tradicionais por não se pautar na ideia de um

"estudante padrão", exigindo que o mesmo conteúdo esteja disponível em diferentes formas e mídias, a depender do objetivo a ser trabalhado. Essa abordagem sugere três princípios orientadores básicos: proporcionar múltiplos meios de engajamento para incentivar o interesse do aluno, múltiplos meios de apresentação da informação para facilitar a percepção, e múltiplos meios de ação e expressão. É justamente a partir do reconhecimento dessa pluralidade humana e da diversificação de estratégias que se torna possível identificar e remover ativamente as barreiras — tanto pedagógicas quanto atitudinais — no ambiente escolar. Portanto, adotar o DUA requer um educador livre de concepções capacitistas, disposto a flexibilizar o currículo e garantir que o processo educativo seja equitativo e acessível a todos os estudantes.

Nesse contexto de necessária mudança de postura e metodologias, a criação do Manual Digital Docente Anticapacitista constitui-se como um objeto educacional estratégico de intervenção e formação continuada. A relação entre o educador e este material fundamenta-se na perspectiva da mediação simbólica de Vigotski (2007), que compreende o processo pelo qual o indivíduo interage com o mundo e internaliza novos conhecimentos por meio de signos, sistemas representativos e linguagem.

Segundo essa teoria, é através desses signos que o saber é transmitido socialmente, permitindo ao sujeito apropriar-se da cultura. Campos (2022) salienta que a teoria histórico-cultural entende que o desenvolvimento da psique ocorre por meio das interações do indivíduo com a cultura e com o contexto histórico-social em que está inserido. Nessa perspectiva, as condições sociais desempenham papel fundamental na constituição do ser humano, sem desconsiderar sua individualidade e suas particularidades.

Assim, o manual digital atua diretamente como um instrumento de mediação, oferecendo reflexões que possibilitam a ruptura de paradigmas e a minimização de barreiras atitudinais em sala de aula. Por meio da interação com esse objeto, espera-se que o educador desenvolva suas funções psicológicas superiores, transformando não apenas as suas práticas pedagógicas e o ambiente escolar, mas a si mesmo.

Etapas do desenvolvimento

a) Caracterização do público

O manual se destina a professores e educadores de diferentes áreas do conhecimento, com foco naqueles que atuam em salas comuns inclusivas. O material também servirá para orientar famílias e outros profissionais.

b) Território de aplicação

Sua aplicação poderá ser feita em formações docentes, como reuniões e oficinas pedagógicas, aprimoramento profissional de forma individual, reuniões de responsáveis e reuniões intersetoriais.

c) Descrição do Objeto Educacional

O manual reúne textos explicativos, vídeos, trechos de artigos, estudos de caso, atividades reflexivas, questionários formativos e propostas metodológicas voltadas à desconstrução do capacitismo na atuação docente. Os materiais complementares (vídeos, imagens, mapa mentais, áudios) estão disponibilizados por meio de links e QR Codes, direcionando o leitor para conteúdos digitais, possibilitando acesso prático e rápido por diferentes dispositivos. Dessa forma, o manual busca oferecer uma experiência dinâmica e acessível para apoiar a reflexão e a formação docente. Esses links e QR Codes também poderão direcionar para recursos de acessibilidade, como audiodescrições e áudio explicações dos conteúdos, ampliando as formas de compreensão e acesso às informações.

Sua aplicação ocorrerá em processos de formação continuada, podendo ser acessado diretamente pelos docentes através de computadores, notebook ou até mesmo pelo celular, uma vez que o arquivo PDF é acessível a todos esses aparelhos. Acesse o manual através do link² ou QR Code.



² https://drive.google.com/file/d/18WLiOZmCTsb97R8aoeVp10SYor4NZ25Q/view?usp=drive_link

Figura 1: Capa do Manual Digital Docente Anticapacitista para Práticas Mais Inclusivas



Descrição da imagem: Capa do documento intitulado “Manual Digital Docente Anticapacitista para Práticas Mais Inclusivas”, com o título em destaque sobre fundo azul-claro. Ao centro, há um símbolo de acessibilidade representando diferentes formas de inclusão, como deficiência visual, auditiva, física, comunicação alternativa e Libras. Na parte inferior, aparecem os nomes dos autores: Kleber Sousa, Marise Andrade, Marcelly Rocha e Natalia Oliveira.

Figura 2: Página 15 do Manual Digital Docente Anticapacitista para Práticas Mais Inclusivas: “Caminhos para o Anticapacitismo Docente”

Caminhos para o Anticapacitismo Docente

O quadro a seguir apresenta um mapeamento dessas situações, acompanhado de possibilidades de intervenção que promovem equidade e respeito à diversidade humana, segundo os estudos de PATRÍCIO (2025).

Quadro 1 – Práticas capacitistas sutis no cotidiano escolar e alternativas anticapacitista.

Acesse o qrcode para ouvir as informações do quadro.



TIPO DE BARREIRA ATITUDINAL	PRÁTICAS CAPACITISTAS SUTIS (EXEMPLOS)	EFEITOS SOBRE O ESTUDANTE	ALTERNATIVAS ANTICAPACITISTAS (O QUE FAZER)
Paternalista	Tratar o aluno como “frágil” ou “especial demais”. Designar colegas como “ajudantes” fixos. Excluir o aluno de atividades para “evitar constrangimento”	Infantilização. Baixa autonomia. Sensação de incapacidade.	Oferecer apoio ajustado à necessidade real. Estimular autonomia e participação ativa. Envolver o aluno nas decisões.

Fonte: Autoria própria (2026).

Descrição da imagem: Captura de tela da página 15 do Manual Digital Docente Anticapacitista. A página apresenta o título “Caminhos para o Anticapacitismo Docente”. O texto apresenta um quadro com exemplos de práticas capacitistas sutis no cotidiano escolar e alternativas anticapacitistas para promover equidade e respeito à diversidade humana. Há um QR Code para acesso à versão em áudio das informações.

Figura 3: Página 35 do Manual Digital Docente Anticapacitista para Práticas Mais Inclusivas: “Sugestões de recursos de acessibilidade e tecnologias”



Fonte: Autoria própria (2026).

Descrição da imagem: Captura de tela da página 35 do Manual Digital Docente Anticapacitista. A página apresenta o título “Sugestões de recursos de acessibilidade e tecnologias”. O conteúdo apresenta o site ARASAAC como recurso de comunicação alternativa, acompanhado de seu logotipo centralizado. Abaixo da imagem, há uma descrição acessível informando que o logotipo contém a ilustração de uma criança sorrindo ao lado da palavra “ARASAAC” e que, ao clicar na imagem, o usuário é direcionado

para o site da plataforma, que disponibiliza recursos de comunicação alternativa e acessibilidade. O fundo da página é claro, com o título destacado em uma faixa azul-claro.

d) Detalhamento da proposta

Uma ferramenta de apoio à formação continuada, promovendo possibilidade de mudança atitudinal e fortalecendo práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas. Sendo dinâmico, permitindo maior engajamento docente, além de garantir aplicabilidade em diferentes realidades escolares. Espera-se que a construção do manual contribua para a formação de professores mais dispostos ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a singularidade de cada estudante, promovendo uma educação mais justa, equitativa e comprometida com a justiça cognitiva.

e) Articulação com a Educação Inclusiva

O objeto está alinhado à área de educação especial e inovação tecnológica, pois aborda tanto a necessidade de transformação atitudinal dos professores quanto produção de um objeto educacional inovador. O manual está acessível em dispositivos móveis e desktops, com alguns recursos de acessibilidade digital: narração em áudio, contraste adequado para leitura e descrição detalhada de imagens. Estruturado de acordo com os princípios do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), assegurando múltiplas formas de acesso e interação com os conteúdos.

Considerações finais

Os objetivos propostos neste trabalho foram plenamente alcançados por meio da elaboração do Manual Digital Docente Anticapacitista para Práticas Mais Inclusivas. Espera-se que o material faça parte da formação docente, seja em momentos de estudo individual ou em espaços coletivos, e seja um instrumento vivo de transformação, capaz de promover a quebra de barreiras atitudinais e o reaprendizado do olhar do educador.

Nesse sentido, o manual cumpriu o seu propósito de aliar uma sólida base teórica a ferramentas de aplicação prática. Alicerçado na teoria da mediação simbólica de Vigotski e nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o material instrumentaliza o professor não apenas para refletir, mas para agir.

O antipacitismo docente não é um ponto de chegada ou um conhecimento acabado, mas sim um processo contínuo de autocrítica, escuta, empatia e reconstrução. Ao convidar o educador a olhar para si mesmo e assumir um compromisso com a mudança de suas práticas, este trabalho reafirma a urgência de uma educação que reconheça a diversidade não como uma exceção ou um obstáculo, mas como a própria essência humana, garantindo a todos os estudantes uma aprendizagem pautada na equidade e na justiça cognitiva.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 31 ago. 2025.

CAMPOS, É. C. V. Z. *Desenvolvimento do Comunika*: aplicativo para a comunicação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. 2022. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=61734&idi=1&rc=1>. Acesso em: 4 jul. 2026.

CARVALHO, R. E. *Removendo barreiras para a aprendizagem*. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011

GESSER, M.; BÖCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (org.). *Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-34.

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003

MEYER, A.; ROSE, D. H.; GORDON, D. *Universal design for learning: Theory and practice.*, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. Tradução da International Classification of Functioning, Disability and Health.

PATRÍCIO, C. O. C. *Barreiras atitudinais enfrentadas por estudantes com deficiências*: refletindo caminhos para sua minimização. 2025. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação

da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), João Pessoa, 2025.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

Declaração de uso da Inteligência Artificial

Neste template foi utilizado CHATGPT, como auxílio para a descrição das imagens Figura 1 , Figura 2 e Figura 3 , com supervisão humana. Declaro que os demais trechos são todos autorais de modo a respeitar as questões éticas que envolvem a produção acadêmica e científica.